DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA • PR

Artigo 37 da Constituição Federal | Artigo 153 da Lei Orgânica Municipal|
Criado de Acordo com a Lei Municipal 2603/2016 Regulamentado pelo decreto 452/2016

www.jaguariaíva.pr.gov.br | Jaguariaíva, 23 de outubro de 2026 | 03 Páginas / Ano 10 / Edição nº 1111

LEIS

LEI nº 3147/2026

EMENTA: Altera a Lei Municipal n.º 2488/2014 e dá outras providências.

AUTORIA: Poder Executivo

A Câmara Municipal de Jaguariaíva Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, **SANCIONO** a seguinte **LEI:**

Art. 1º O art. 6º da Lei Municipal n.º 2.488/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

(...)
Art. 6º O Conselho Municipal de Turismo – COMTUR é composto por membros titulares e respectivos suplentes, na seguinte proporção:
I - *5 (cinco) representantes do Poder Público, sendo:*
a) *2 (dois) da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo – SEMATUR;*
b) *1 (um) da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – SEMEC;*
c) *1 (um) da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Logística e Agropecuária – SEMIL;*
d) *1 (um) da Câmara Municipal de Jaguariaíva;*

II - *8(oito) representantes da Sociedade Civil organizada, sendo 1 (um) de cada um dos seguintes segmentos:*
a) *operadores de turismo e suas associações;*
b) *empresas e associações ligadas ao cicloturismo;*
c) *guias de turismo;*
d) *setor de bares, restaurantes e similares;*
e) *meios de hospedagem;*
f) *instituições de ensino, pesquisa e formação profissional relacionadas ao turismo no Município;*
g) *associações ou entidades ligadas ao patrimônio cultural, ao tropeirismo e às tradições locais;*
h) *associações ou entidades ligadas à segurança em atividades de ecoturismo e turismo de aventura.* (NR)

Art. 2º Os demais dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.488/2014 permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário**.**

Paço Municipal, 21 de outubro de 2026.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

DECRETOS

DECRETO n.º 786/2026

Súmula: Decreta Recesso Administrativo nas Repartições Públicas Municipais e dá outras providências

O Prefeito do Município de Jaguariaíva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 67, incisos X e XI da Lei Orgânica Municipal, e ainda com base no Protocolo Geral sob n.º 13489/2026,

Considerando o Feriado Nacional do dia 25 de dezembro, quando se comemora o Dia Consagrado ao Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, "Natal";

Considerando o Feriado Nacional do dia 1º de janeiro, quando se comemora o Dia da Confraternização Universal;

Considerando a necessidade de regulamentar o expediente das Repartições Públicas Municipais nos dias 24 de dezembro de 2026 até 08/01/2027, período que perdurará o recesso;

Considerando a necessidade de disciplinar o funcionamento dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal no período, bem como estabelecer orientação acerca do recesso funcional;

Considerando que o recesso funcional é medida que gerará economia para Administração e a manutenção em sua normalidade neste período mostrar-se-ia contraproducentes;

Considerando a necessidade continua de se estabelecer medidas voltadas a assegurar o equilíbrio econômico/financeiro do Município, por meio de políticas que objetivem a contenção de despesas, otimização de recursos disponíveis e qualificação de gastos públicos, primando pelo equilíbrio das contas públicas em atendimento as normas vigentes, pela eficiência e economicidade na gestão;

Considerando que as Repartições Públicas Federais e Estaduais, fixaram Recesso para o gozo dos feriados acima mencionados, observando a Conveniência Administrativa, na forma assemelhada;

DECRETA

Artigo 1º. Estabelece recesso administrativo do dia 24 de dezembro de 2026 à 08 de janeiro de 2027, para cumprimento pelos órgãos e entidades da Administração direta e autarquias do Poder Executivo, sem prejuízo dos serviços essenciais.

Artigo 2º. Excetuam-se do estabelecido no artigo 1º deste Decreto as seguintes repartições públicas, tendo em vista que são serviços de natureza essencial ou necessária, os quais seguirão escalas definidas pelos Secretários das respectivas pastas:

I. Hospital Municipal Carolina Lupion;
II. Coleta de lixo;
III. Conselho Tutelar e Casa Lar;
IV. Departamento de Turismo;
V. Guarda Civil Municipal e Guarda Patrimonial;
VI. Departamento de Cemitérios e Capelas.

§1º As Unidades Básicas de Saúde Dr. Hélio Araújo de Masi, Dr. Domingos Cunha, Unidades Básicas da área rural e Laboratório Municipal de Análises Clínicas retornarão com atendimento normalmente no dia 04/01/2027.

§2º Os servidores das demais unidades básicas de saúde e setores da Secretaria Municipal de Saúde terão escalas específicas conforme demanda de atendimentos.

Artigo 3º. Os servidores em recesso deverão ficar à disposição do Município e se apresentar de imediato se convocado para o serviço.

Artigo 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 23 de outubro de 2026.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração, Recursos Humanos e Receita Municipal

MARCILIO ARAUJO MOTTA JUNIOR
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

ERIC DUDIK ROGERIO
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

DECRETO n.º 787/2026

Súmula: Designa os membros da Comissão de Seleção dos Editais de Chamamento Público n.º 01, 02, 03 e 04/2026 da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB, no âmbito do Município de Jaguariaíva, ratifica os atos por eles já praticados e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Jaguariaíva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA,** no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 67, incisos X e XI, da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Federal n.º 14.399, de 8 de julho de 2022, na Lei Federal n.º 14.903, de 27 de junho de 2024, e no Decreto Federal n.º 11.740, de 18 de outubro de 2023, e ainda com base no Protocolo Geral sob n.º 13431/2026;

Considerando que o item 6.1 dos Editais de Chamamento Público n.º 01, 02, 03 e 04/2026 – PNAB estabelece que a Comissão de Seleção será composta por 3 (três) pareceristas técnicos, indicados pela Assessoria Técnica Especializada contratada pelo Município e formalmente designados por ato da Administração Pública;

Considerando que o Decreto Municipal n.º 643/2026 reconheceu que a análise técnica das propostas seria realizada por pareceristas especializados indicados pela empresa responsável pela assessoria técnica à execução da PNAB no Município, contratada por meio do Contrato n.º 140/2026;

Considerando que a assessoria técnica indicou ao Município, em 28/07/2026, os pareceristas Ivan Zanette, Fabíula Zmorzynski do Prado e Jéssica Rosa de Souza, com os respectivos portfólios profissionais, conforme registrado no Ofício n.º 01/2026;

Considerando que os portfólios, registros profissionais e certificados dos pareceristas indicados demonstram experiência e conhecimento compatíveis com a análise de projetos culturais e produções audiovisuais, nos termos do item 6.3 dos Editais, reunindo formação e atuação em produção, direção e gestão de projetos culturais, em artes cênicas e em linguagem audiovisual e operação técnica de som;

Considerando que os pareceristas indicados realizaram a análise técnica das propostas do Edital de Chamamento Público n.º 01/2026 a partir de 12/08/2026, tendo sua atuação sido reconhecida pela Comissão de Homologação na Ata de Reunião n.º 001/2026, de 17/08/2026, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município em 22/09/2026 (Edição n.º 1096);

Considerando que os mesmos pareceristas realizaram a análise técnica das propostas do Edital de Chamamento Público n.º 02/2026 a partir de 12/09/2026;

Considerando que a ausência de ato formal de designação constitui defeito de forma sanável, que não acarretou lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, uma vez que todas as propostas de cada Edital foram avaliadas pelos mesmos pareceristas, segundo os mesmos critérios, e que cada parecerista declarou, em cada ficha de avaliação, a inexistência de impedimento ou conflito de interesses;

Considerando que a Administração pode convalidar os atos que apresentem defeitos sanáveis, nos termos do artigo 55 da Lei Federal n.º 9.784/1999, aplicável subsidiariamente;

DECRETA

Artigo 1º. Ficam designados para compor a Comissão de Seleção dos Editais de Chamamento Público n.º 01, 02, 03 e 04/2026 da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB, na qualidade de pareceristas técnicos, nos termos do item 6.1 dos respectivos Editais:

I. IVAN ZANETTE, brasileiro, Diretor Circense e Produtor Cultural, inscrito no CPF/MF sob o n.º XXX.XXX.229-82;
II. FABÍULA ZMORZYNSKI DO PRADO, brasileira, Professora de Dança, Coreógrafa e Produtora Cultural, inscrita no CPF/MF sob o n.º XXX.XXX.459-08;
III. JÉSSICA ROSA DE SOUZA, brasileira, licenciada em Artes Visuais, inscrita no CPF/MF sob o n.º XXX.XXX.229-89.

Artigo 2º. Compete à Comissão de Seleção, nos termos dos Editais:
I. realizar a análise técnica individual das propostas inscritas, atribuindo pontuação conforme os critérios previstos em cada Edital;
II. emitir os pareceres e fichas de avaliação correspondentes;
III. analisar e julgar os recursos interpostos contra o resultado preliminar;
IV. prestar os esclarecimentos solicitados pela Comissão de Homologação instituída pelo Decreto Municipal n.º 643/2026.

Artigo 3º. Ficam ratificados, com efeitos desde a data em que foram praticados, os atos de análise técnica, avaliação, emissão de pareceres e manifestação praticados pelos pareceristas designados no artigo 1º no âmbito dos Editais de Chamamento Público n.º 01/2026 e 02/2026 – PNAB.

Artigo 4º. Os membros da Comissão de Seleção deverão declarar previamente a inexistência de impedimento ou conflito de interesses em relação a cada proposta analisada e atuar com observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e transparência.

Artigo 5º. A designação de que trata este Decreto não gera vínculo empregatício ou funcional com o Município de Jaguariaíva.

Artigo 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 7º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 23 de outubro de 2026.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração, Recursos Humanos e Receita Municipal

ERIC DUDIK ROGÉRIO
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

HERCILIA TEIXEIRA DE MELLO
Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

DECRETO n.º 788/2026

Súmula: Declara Situação de Emergência nas áreas do Município de Jaguariaíva afetadas por Tempestade Local/Convectiva – Chuvas Intensas (COBRADE 1.3.2.1.4)

O Prefeito Municipal de Jaguariaíva, Estado de Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA,** no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município,

Considerando a competência municipal para declarar situação de emergência e estado de calamidade pública, prevista no art. 8º, inciso VI, da Lei Federal n.º 12.608/2012;

Considerando que compete aos Municípios adotar as medidas necessárias à redução dos riscos de desastres e à proteção da população atingida;

Considerando que o Município de Jaguariaíva foi severamente atingido por volumes pluviométricos elevados, chuvas intensas, anômalas e persistentes, superiores à média histórica sazonal;

Considerando que o excesso continuado de umidade e o consequente encharcamento do solo provocaram a degradação generalizada da malha viária rural e vicinal, com perda de trafegabilidade, atolamentos e erosões;

Considerando que a situação de anormalidade afetou diretamente o setor agrícola, ocasionando perdas de lavouras e plantações, comprometimento da fase reprodutiva e de colheita, soterramento e arrasto de culturas, além da impossibilidade de escoamento da produção;

Considerando que o setor madeireiro e florestal também foi afetado, com interrupção das atividades de manejo, corte e transbordo em áreas de floresta plantada e nativa, em razão da intrafegabilidade do solo e das estradas de acesso rural;

Considerando que os danos ocasionaram desabastecimento da cadeia produtiva local, paralisação de indústrias de beneficiamento de madeira e relevantes prejuízos econômicos e sociais;

Considerando a ocorrência de enxurradas e vendavais no Município de Jaguariaíva, em 13 de outubro de 2026, por volta das 7h50min, com precipitação aproximada de 43 mm em período de 40 minutos;

Considerando que a precipitação intensa e concentrada sobrecarregou a capacidade de drenagem urbana, provocando alagamentos, obstrução de bueiros, quedas de árvores e danos à infraestrutura pública;

Considerando que o evento foi precedido por período prolongado de chuvas intensas desde agosto de 2026, contribuindo para a saturação do solo e agravando os efeitos da tempestade;

Considerando que as áreas atingidas estão descritas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e nos demais documentos técnicos anexos ao presente Decreto;

Considerando que os danos humanos, materiais, ambientais, econômicos e os prejuízos públicos decorrentes do desastre estão descritos no FIDE;

Considerando o parecer favorável da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC quanto à declaração de situação de emergência;

DECRETA

Art. 1º Fica Declarada Situação de Emergência nas áreas do Município de Jaguariaíva descritas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE, em virtude do desastre classificado e codificado como Tempestade Local/Convectiva – Chuvas Intensas (COBRADE 1.3.2.1.4).

Art. 2º Fica autorizada a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem, sob a coordenação da COMPDEC, nas ações de resposta ao desastre, reabilitação do cenário afetado e reconstrução.

Art. 3º Fica autorizada a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre, bem como a realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, destinadas à assistência da população afetada, sob a coordenação da COMPDEC.

Art. 4º Nos termos do art. 5º, incisos XI e XXV, da Constituição Federal, ficam autorizadas as autoridades administrativas e os agentes da Defesa Civil diretamente responsáveis pelas ações de resposta ao desastre, em caso de risco iminente, a:
I. penetrar nas casas para prestar socorro ou determinar a pronta evacuação;
II. usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo Único. Será responsabilizado o agente da Defesa Civil ou a autoridade administrativa que se omitir no cumprimento de suas obrigações relacionadas à segurança global da população.

ROSANA ARAUJO LOPES:02066527980
Assinado de forma digital por ROSANA ARAUJO LOPES:02066527980
Dados: 2026.10.23 16:57:06 -03'00'

Art. 5º Nos termos do art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365/1941, fica autorizado o início dos processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre, observada a legislação aplicável.

§1º No processo de desapropriação deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização incidentes sobre propriedades localizadas em áreas inseguras.

§2º Sempre que possível, as propriedades atingidas poderão ser substituídas por outras localizadas em áreas seguras, com apoio do Poder Público e da comunidade para eventual desmontagem e reconstrução das edificações.

Art. 6º Fica autorizada, quando presentes os requisitos legais, a contratação direta, por dispensa de licitação, de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, bem como de serviços e obras relacionados à reabilitação do cenário, nos termos do art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

§1º As contratações deverão limitar-se aos bens, serviços e obras necessários ao atendimento da situação emergencial, com observância da urgência, da compatibilidade dos preços com os praticados no mercado, da instrução processual e das demais exigências legais.

§2º As parcelas de obras e serviços contratadas com fundamento neste artigo deverão ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontratação de empresa contratada com fundamento no inciso VIII do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e vigorará pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sem prejuízo dos prazos próprios dos contratos eventualmente celebrados com fundamento no art. 6º.

Art. 8º Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 23 de outubro de 2026.

JOSE SLOBODA
Prefeito Municipal

DECRETO n.º 785/2026

Súmula: Dispõe sobre nomeação de Agente de Contratação, para conduzir os atos das Licitações e Contratações derivadas da Lei Federal n.º 14.133/2021.

O Prefeito Municipal de Jaguariaíva, Estado de Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA,** no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica e pelo artigo 67, incisos X, XI e XXIV, e artigos 15, §8º, 51 e Parágrafos, da Lei Federal n.º 8.666/93 com suas alterações, e ainda com base no Protocolo Geral sob n.º 12231/2026,

Considerando o disposto no artigo 8º da Lei Federal n.º 14.133 de 1º de abril de 2021,

DECRETA

Artigo 1º. Este Decreto dispõe sobre a nomeação de Agente de Contratação, Comissão de Contratação e sua Equipe de Apoio para conduzir os atos das Licitações e Contrações derivadas da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Artigo 2º. Fica **NOMEADA**, a servidora efetiva **KETLIN SILVA OLIVEIRA**, sob matrícula n.º 5.251, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º XX.XXX.728-8 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.889-26, para exercer a função de **AGENTE DE CONTRATAÇÃO** do Município de Jaguariaíva/Pr, a fim de conduzir os Atos das Licitações e Contratações derivadas da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Parágrafo Único. Em licitação na modalidade Pregão, o Agente de Contratação responsável pela condução do certame será designado Pregoeiro.

Artigo 3º. Foram nomeados mediante Decreto Municipal n.º 691/2026, para compor a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, para atuar em licitações que envolvam bens ou serviços especiais, a senhora **ANA FLÁVIA RODRIGUES MICHALOWSKI**, sob matrícula n.º 3.672, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º X.XXX.972-0 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.959-23, a senhora **ROZILDA DA SILVA XAVIER SANTOS,** sob matrícula n.º 4.149, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º X.XXX.404-9 II/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.469-79, e a senhora **IONE APARECIDA MENDES DO PRADO**, sob matrícula n.º 4.858, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º X.XXX.024-0 II/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.899-07, as quais atuarão de forma remunerada nos termos das Leis Municipais n.º 2.847/2021 e 2.937/2022.

Parágrafo Único. Auxiliarão como membros da Comissão de Apoio de forma voluntária e em procedimentos específicos, os seguintes servidores efetivos:

- **MARCELA BERTONI DE CARVALHO**, brasileira, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Nutricionista, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º X.XXX.559-1 II/PR e inscrita no CPF/MF n.º XXX.XXX.869-55;
- **PEDRO ORDONES HOLTZ**, brasileiro, servidor público municipal com cargo em provimento efetivo de Técnico em Informática, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º XX.XXX.185-4 SESP/SP, e inscrito no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.478-05;
- **GILSON DE MELO TEIXEIRA**, brasileiro, servidor público municipal com cargo em provimento efetivo de Analista de Planejamento e Orçamento, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º X.XXX.950-7 II/PR e inscrito no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.149-50;
- **ROGÉRIO FRACALOSSI**, brasileiro, servidor público municipal com cargo em provimento efetivo de Farmacêutico Bioquímico, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º X.XXX.798-2 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.399-78;
- **SERGIO CRUZ**, brasileiro, servidor público municipal com cargo em provimento efetivo de Engenheiro Civil, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º X.XXX.550-1 II/PR e inscrito no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.649-00.

Artigo 4º. Os servidores efetivos **VINICIUS WEIGERT, PRISCILA ANGELO DA LUZ DE MELLO, ANA CLAUDIA RODRIGUES DE MELLO, PATRICIA DE SOUZA SETTER e TAMYRIS DA SILVA** atuarão como Agente de Contratação, nas ausências ou afastamentos legais da titular servidora **KETLIN SILVA OLIVEIRA**, constante do artigo 2º deste Decreto, em processos que esta não puder atuar.

Parágrafo Único. Os servidores mencionados no *caput* deste artigo, auxiliarão na condição de Agente de Contratação no desempenho de suas atribuições, sempre que forem solicitados.

Artigo 5º. Integram o rol de atribuições do Agente de Contratação e do Pregoeiro(a) à tomada de decisões, o acompanhamento do trâmite da licitação, o impulsionamento do procedimento licitatório e a execução de quaisquer outras atividades necessárias, ao bom andamento do certame até a homologação, e das contratações diretas, incluindo a solicitação de emissão de Pareceres Técnicos e Jurídicos, para subsidiar as suas decisões.

§1º. O Agente de Contratação convocará os membros da Comissão de Contratação e Equipe de Apoio quando necessário, e delegará as atribuições para o regular desenvolvimento das Licitações e Contratações do Município de Jaguariaíva.

§2º. O Agente de Contratação convocará servidores públicos efetivos, que possuam conhecimento técnico acerca do objeto da licitação, para auxiliarem em atos dos certames.

Artigo 6º. Os serviços prestados em decorrência deste Decreto serão remunerados nos termos do artigo 6º da Lei Municipal n.º 2.847/2021 e Lei n.º 2.937/2022.

Artigo 7º. Este Decreto entrará em vigor na presente data, produzindo efeitos retroativos à 1º de outubro de 2026, revogadas as disposições do Decreto n.º 414/2026.

Artigo 8º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 21 de outubro de 2026.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração, Recursos Humanos e Receita Municipal

MARCÍLIO ARAÚJO MOTTA JUNIOR
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

ERIC DUDIK ROGÉRIO
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos
Republicado por incorreção.

EXPEDIENTE
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA
Rosana Araújo Lopes - MTB. nº 3194 - PR
Jornalista Responsável
Superintendência Municipal de Comunicação
Rua Leônidas Ferreira de Barros, s/nº - Cidade Alta
(43) 3535 9306
E-mail: *comunicacao@jaguariaiva.pr.gov.br*
SEGOV SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

SEFIP

EXTRATO DE ADITIVO
1º TERMO ADITIVO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 156/2025

FORNECEDORES

DANIEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
CNPJ: 32.135.384/0001-46
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 377/2025

NATUREZA DO ADITIVO

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA EMENDA

1.1Considerando o pedido do protocolo **nº11270/2026**, celebram o presente Termo Aditivo:

1.2Prorrogar o prazo de vigência contratual por mais **12 meses a contar de 15/10/2026 com término em 15/10/2027**
Os recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes da Indicação Contábil nº108/26, às fls. 248

E ZUB JUNIOR LTDA
CNPJ: 50.777.776/0001-55
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 378/2025

NATUREZA DO ADITIVO

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA EMENDA

1.1Considerando o pedido do protocolo **nº11837/2026**, celebram o presente Termo Aditivo

1.2 Prorrogar o prazo de vigência contratual por mais **12 meses a contar de 15/10/2026 com término em 15/10/2027.** Os recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes da Indicação Contábil nº108/26, às fls. 248.

EXTRATO DE ADITIVO
8º TERMO ADITIVO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 88/2020
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 1.239/2020

CONTRATADA: IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E ASSESSORIA LTDA
CNPJ: 05.928.200/0001-00

NATUREZA DO ADITIVO

. CLÁUSULA PRIMEIRA – DA EMENDA.

1.1 Em conformidade com a Cláusula Oitava do Contrato Administrativo nº 1.239/2020, e com os artigos 57, inciso II e artigo 65, § 8º ambos da Lei nº8.666/93 e, ainda nos termos do processo/ano 11214/2026, adita-se o contrato principal para fins de prorrogar por 60(sessenta)dias a vigência contratual, com efeitos a partir de **03/10/2026 até 03/12/2026.**

1.2 Os recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes tem sua indicação Contábil 088/2026, às fls. 361.

SEMEC

ATA Nº02 - COMISSÃO ORGANIZADORA E TÉCNICA DO 1º SHOW DE TALENTOS DE JAGUARIAÍVA

Aos vinte e dois dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis, às dezesseis horas, reuniram-se na Casa da Cultura Professor Doutor João Batista da Cruz os membros da Comissão Organizadora e Técnica do 1º Show de Talentos de Jaguariaíva, a saber: Presidente, Juliana da Silva Ribeiro Teixeira; Coordenadores Técnicos, Plícila de Brito, Homero Sampaio Baitala de Oliveira e Rafael Gustavo Pomim Lopes; Coordenador de Palco e Apresentações, Herick Daivid Dott; Coordenador de Som e Áudio, Roberto Angelo da Silva Júnior; e Coordenadora de Camarins e Concentração, Adriana de Castro. A reunião teve como finalidade a análise de recurso apresentado por Fabiane Diniz Caitano da Silva, representante da menor Gabriella Caitano da Silva que teve sua inscrição considerada inabilitada como concorrente na Categoria Infantil nos termos 2.3.3 e 19.1 do Edital nº03/2026. Em sua fundamentação a Senhora Fabiane diz "Venho, apresentar recurso referente ao indeferimento da inscrição da minha filha no Show de Talentos, durante o preenchimento da inscrição no site enfrentei dificuldades técnicas para a participação de minha filha (autorização do responsável legal) não tive a intenção de deixar de cumprir as exigências previstas no edital. Houve um equívoco de minha parte na interpretação da informação sobre playback, uma vez que minha filha poderá realizar sua apresentação com acompanhamento musical dos Professores da Escola de Música. Dessa forma solicito que sejam avaliadas as circunstâncias apresentadas. Diante do exposto, solicito respeitosamente a reconsideração do indeferimento da inscrição da minha filha, considerando a dificuldade enfrentada para concluir a autorização no sistema e o esclarecimento de que sua apresentação poderá ser realizada com acompanhamento dos Professores da Escola de Música. Reitero meu interesse em assegurar a participação de minha filha no 1º Show de Talentos e coloco-me à disposição para apresentar autorização assinada e os demais documentos necessários, conforme as orientações da Comissão responsável. Agradeço a atenção e análise deste recurso, na expectativa de que seja acolhido e que minha filha tenha a oportunidade de participar desse importante evento cultural do município." Após lido o recurso a Comissão discutiu os pontos mantidos o inabilitação da inscrição com base nos termos 8.5 do Edital que diz "O candidato será responsável pela conferência das informações e documentos enviados" e no termo 8.8 do Edital que diz "Eventuais problemas de conexão, indisponibilidade de equipamento particular, erro de preenchimento ou envio para endereço incorreto serão de responsabilidade do candidato, ressalvadas falhas comprovadamente atribuíveis aos sistemas oficiais utilizados pelo Município." Assim, permanecem habilitadas as inscrições regionais de Daniel dos Santos e Maria Alice Vloet das Neves, que deverão passar pelo processo de pré-seletiva entre os dois para concorrer à décima vaga disponível para as fases finais na Categoria Infantil. Na mesma oportunidade, foi abordada a obrigatoriedade de indicação de três músicas no ato da inscrição, para composição do repertório a ser apresentado no Show de Talentos. Após análise, constatou-se que a participante Regina de Lara Pereira compareceu presencialmente à Casa da Cultura para realizar sua inscrição, ocasião em que a servidora responsável pelo recebimento e registro das inscrições, Júlia Freitas, por equívoco, registrou apenas duas músicas em sua ficha. Considerando que a omissão decorreu de erro administrativo, não atribuível à participante, deliberou-se pelo deferimento da inclusão da terceira música em sua ficha de inscrição, a fim de assegurar o cumprimento da exigência prevista no edital, sem prejuízo à participante. Também foi retomado o caso do senhor Willian, mencionado na reunião anterior, cuja inscrição não havia sido concluída em razão de falha administrativa. Na ocasião, foi concedido prazo até o dia vinte e um de outubro para a regularização da inscrição. A Presidente da Comissão Juliana entrou em contato com o candidato no dia vinte de outubro no período da manhã. Contudo, como o interessado não realizou a inscrição dentro do prazo estabelecido, registrou-se que ele permanece fora do certame. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às dezesseis horas e quarenta e três minutos, sendo encerrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes da Comissão Organizadora e Técnica do 1º Show de Talentos de Jaguariaíva.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

RESULTADO FINAL DA ETAPA DE INSCRIÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026 - 1º SHOW DE TALENTOS DE JAGUARIAÍVA - PNAB E CONVOCAÇÃO PARA PRÉ-SELETIVA ARTÍSTICA DOS PROPONENTES HABILITADOS

I – DOS RECURSOS. O Município de Jaguariaíva, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, informa que o resultado preliminar da etapa de inscrição do Edital de Chamamento Público nº 03/2026, homologado pela Comissão Organizadora e Técnica do 1º Show de Talentos de Jaguariaíva (Decreto Municipal nº 750/2026) em 19/10/2026, foi publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaguariaíva, edição nº 1110, de 21/10/2026. No prazo de 01 (um) dia útil (Anexo XIII do Edital), encerrado em 22/10/2026, foi recebida 01 (uma) manifestação de proponente da Categoria Infantil requerendo reconsideração do indeferimento da inscrição. A Comissão Organizadora manteve a inabilitação da inscrição com base nos itens 8.5 e 8.8 do Edital. Fica mantido, portanto, o resultado preliminar das inscrições ratificadas pela Comissão (Ata nº 02/2026, de 22/10/2026).

II – DA HABILITAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES. O Município de Jaguariaíva, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, torna pública a habilitação final das inscrições, em conformidade com os critérios estabelecidos no Edital de Chamamento Público nº 03/2026 – PNAB – Jaguariaíva, conforme abaixo:

EDITAL Nº 03/2026 – CATEGORIA INFANTIL

PROPONENTE	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO	OBSERVAÇÕES
Daniel de Oliveira F. Messa	HABILITADA	
Davi Miranda do Nascimento	HABILITADA	
Heitor Canizella	HABILITADA	
Isabela Cherner	HABILITADA	
Izabela Moreira Branco	HABILITADA	
Kenia Gisele Ribeiro	HABILITADA	
Maria Cecília dos Santos Oliveira	HABILITADA	
Maria Clara Ferreira	HABILITADA	
Rebeca Guimarães	HABILITADA	
Gabriella Caitano da Silva	INABILITADA	Ausência das declarações obrigatórias do Anexo II (item 2.3.3 do Edital) Declaração de uso de playback (item 19.1 do Edital)
Daniel dos Santos	HABILITADA PARA PRÉ-SELEÇÃO ARTÍSTICA	Em razão da insuficiência de inscrições habilitadas de residentes em Jaguariaíva para o preenchimento das vagas previstas (item 4.6 do Edital)
Maria Alice Vloet das Neves	HABILITADA PARA PRÉ-SELEÇÃO ARTÍSTICA	Em razão da insuficiência de inscrições habilitadas de residentes em Jaguariaíva para o preenchimento das vagas previstas (item 4.6 do Edital)

EDITAL Nº 03/2026 – CATEGORIA SERTANEJO

PROPONENTE	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO	OBSERVAÇÕES
Adriano de Jesus Pereira dos Santos	HABILITADA	
Agnaldo Pais de Camargo	HABILITADA	
Breno Lopes e Gabriel	HABILITADA	
Jéssica Lima	HABILITADA	
José Geremias Ferreira	HABILITADA	
Lázaro dos Santos	HABILITADA	
Letícia Miranda	HABILITADA	
Luana Alves Izidoro	HABILITADA	
Noel Pacífico de Oliveira e Luiz Carlos Furquim	HABILITADA	
Paulla Lopes	HABILITADA	
Luana Aparecida Dias dos Santos	CADASTRO RESERVA	Residência fora do município de Jaguariaíva (item 4.6 do Edital)

EDITAL Nº 03/2026 – CATEGORIA POPULAR LIVRE

PROPONENTE	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO	OBSERVAÇÕES
Agenilson do Prado	HABILITADA PARA PRÉ-SELEÇÃO ARTÍSTICA	
Ailton Leal Garça	HABILITADA PARA PRÉ-SELEÇÃO ARTÍSTICA	
Allex de Paula Pietrobelli	HABILITADA PARA PRÉ-SELEÇÃO ARTÍSTICA	
Alti Crivoi	HABILITADA PARA PRÉ-SELEÇÃO ARTÍSTICA	
Bruna Luck	HABILITADA PARA PRÉ-SELEÇÃO ARTÍSTICA	
Danilo dos Santos Batista	HABILITADA PARA PRÉ-SELEÇÃO ARTÍSTICA	
Deyse Pietrolli	HABILITADA PARA PRÉ-SELEÇÃO ARTÍSTICA	
Dionata Soares de Paula	HABILITADA PARA PRÉ-SELEÇÃO ARTÍSTICA	
Eder Guedes	HABILITADA PARA PRÉ-SELEÇÃO ARTÍSTICA	
Erose de Almeida Faria Sobrinho	HABILITADA PARA PRÉ-SELEÇÃO ARTÍSTICA	
Flavia Rodrigues Barbosa	HABILITADA PARA PRÉ-SELEÇÃO ARTÍSTICA	
Gabrielle da Silva Boachack	HABILITADA PARA PRÉ-SELEÇÃO ARTÍSTICA	

PROPONENTE	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO	OBSERVAÇÕES
Greiziane Figueiredo da Fonseca Gomes (representante de Andressa F. Silva, Samara F. Silva e Nicole F. de Lima)	HABILITADA PARA PRÉ-SELEÇÃO ARTÍSTICA	
Inácio Frizzanco	HABILITADA PARA PRÉ-SELEÇÃO ARTÍSTICA	
Laís Cristina Vaz dos Santos	HABILITADA PARA PRÉ-SELEÇÃO ARTÍSTICA	
Luciano Guimarães	HABILITADA PARA PRÉ-SELEÇÃO ARTÍSTICA	
Maria Letícia Monteiro Pedroso	HABILITADA PARA PRÉ-SELEÇÃO ARTÍSTICA	
Natan Soares	HABILITADA PARA PRÉ-SELEÇÃO ARTÍSTICA	
Patrícia Mendes B. da Silva	HABILITADA PARA PRÉ-SELEÇÃO ARTÍSTICA	
Regina de Lara Pereira	HABILITADA PARA PRÉ-SELEÇÃO ARTÍSTICA	
Samuel Henrique Passos Felix	HABILITADA PARA PRÉ-SELEÇÃO ARTÍSTICA	
Sara Reimam da Silva	HABILITADA PARA PRÉ-SELEÇÃO ARTÍSTICA	
Tania Lucia Rodrigues de Oliveira	HABILITADA PARA PRÉ-SELEÇÃO ARTÍSTICA	
Maria Rita Vloet das Neves	CADASTRO RESERVA	Residência fora do município de Jaguariaíva (item 4.6 do Edital)
Helen Carneiro	CADASTRO RESERVA	Residência fora do município de Jaguariaíva (item 4.6 do Edital)

III – DA ETAPA COMPETITIVA DE PRÉ-SELEÇÃO ARTÍSTICA. Nos termos do item 11 do Edital nº 03/2026, considerando a necessidade de realização de pré-seletivas para definição dos 10 (dez) candidatos que avançarão para as apresentações do 1º Show de Talentos de Jaguariaíva, ficam convocados os candidatos habilitados para pré-seletiva artística a comparecer no Cine Teatro Municipal Valéria Luercy, nas datas e horários estabelecidos no cronograma a seguir:

27 DE OUTUBRO: CATEGORIA INFANTIL

28 DE OUTUBRO: CATEGORIA POPULAR LIVRE

As pré-seletivas terão início às 18 horas, sendo obrigatório que todos os candidatos se apresentem ao local com, no mínimo, 30 minutos de antecedência, para organização e orientações necessárias. **O não comparecimento no horário estabelecido implicará desclassificação automática do festival.**

IV – DA ORDEM DAS APRESENTAÇÕES E ACOMPANHAMENTO MUSICAL. As apresentações das pré-seletivas serão realizadas conforme a ordem de inscrição dos candidatos, sendo o tempo máximo de 08 (oito) minutos para cada apresentação, conforme estabelecido no Anexo VIII do Edital nº 03/2026, devendo os participantes observar rigorosamente o limite previsto. Os participantes que necessitarem de acompanhamento musical deverão procurar os professores da Escola Municipal de Música Prof.ª Elzita Jorge Cunha, na Galeria do Pessa, impreterivelmente na segunda-feira, dia 26 de outubro de 2026, das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30, para alinhamento e definição dos aspectos musicais necessários à apresentação. O não comparecimento para alinhamento musical dentro do prazo estabelecido poderá comprometer a organização do acompanhamento, sendo responsabilidade do participante observar as orientações e os prazos informados.

V – DOS EQUIPAMENTOS DISPONIBILIZADOS. Para a realização da etapa de pré-seleção artística, serão disponibilizados aos participantes os equipamentos e instrumentos musicais relacionados a seguir, destinados ao apoio técnico das apresentações:

Quantidade	Equipamento/Instrumento
01	Cubo para baixo
01	Caixa para ativa para guitarra
02	Caixa ativa 15 polegadas
01	Sub 18 polegadas
01	Bateria acústica completa
01	Mesa de som
01	Baixo
01	Guitarra
02	Violões
05	Cabos p10
03	Microfones
03	Cabos para microfone
02	Microfones sem fio
01	Microfone xrl
03	Pedestal para microfone
04	Suporte para instrumentos
03	Estantes para partitura

Jaguariaíva, Paraná, 23 de outubro de 2026.

Juliana da Silva Ribeiro Teixeira
Presidente - Comissão Organizadora e Técnica do 1º Show de Talentos de Jaguariaíva
Decreto nº 750 de 25 de setembro de 2026

Juliana da Silva Ribeiro Teixeira
Diretora de Cultura
Decreto 481/2026 de 15/07/2026

ATA DE REUNIÃO Nº 006/2026 DA COMISSÃO DE HOMOLOGAÇÃO DOS RESULTADOS DA ANÁLISE TÉCNICA DOS EDITAIS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB, NO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA-ESTADO DO PARANÁ

Aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, às quinze horas e trinta minutos, no Salão de Atos Oficiais da Casa da Cultura Professor Doutor João Batista da Cruz, Reuniram-se os membros da Comissão de Homologação dos Resultados da Análise Técnica dos Editais da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB, Sr. Homero Sampaio Baitala de Oliveira, Sr. Rafael Gustavo Pomim Lopes e Sra. Plicila de Brito, para deliberar acerca dos pareceres de avaliação referentes ao Edital de Chamamento Público nº 004/2026. Aberta a reunião, registrou-se o recebimento de uma única proposta, apresentada pela empresa Encantada Produções, referente ao projeto intitulado "Um Natal Encantado – A Estrela Guia". Na sequência, os membros da Comissão procederam à análise dos pareceres emitidos, verificando a regularidade dos procedimentos avaliativos e a coerência das notas finais atribuídas. Após a análise, os membros deliberaram pela homologação do resultado preliminar, por não identificarem inconsistências que justificassem a adoção de providências adicionais no âmbito de suas atribuições. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dezesseis horas, sendo lavrada a presente ata para registro e demais providências cabíveis.

Jaguariaíva-PR, 22 de outubro de 2026.

HOMERO SAMPAIO BAITALA DE OLIVEIRA

RAFAEL GUSTAVO POMIM LOPES

PLICILA DE BRITO

MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

RESULTADO PRELIMINAR DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026

O MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA, Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, torna público o Resultado Preliminar do Edital de Chamamento Público nº 04/2026 (Produção Cultural – Espetáculo Natalino – PNAB), nos termos do item 14 do Edital, após a avaliação técnica realizada pela Comissão de Seleção e a verificação da regularidade do procedimento pela Comissão de Homologação, instituída pelo Decreto Municipal nº 643/2026, conforme Ata nº006/2026, de 22/10/2026.

1. DOS INSCRITOS

1.1 Foi regularmente recebida 01 (uma) inscrição no âmbito deste Edital, conforme a seguir:

Nº	Proponente	CNPJ	Título do Projeto
01	Encantada Produções Ltda.	42.145.362/0001-10	"Um Natal Encantado – A Estrela Guia"

1.2 A inscrição foi submetida à verificação documental (item 10.1, I, do Edital), tendo sido apresentados os documentos obrigatórios relacionados no item 9.1, e, em seguida, à avaliação de mérito (item 10.1, II).

2. DA CLASSIFICAÇÃO

2.1 Concluída a avaliação técnica, a nota final corresponde à média aritmética simples das notas atribuídas pelos 03 (três) pareceristas (item 10.2 do Edital), resultando na classificação a seguir:

Classificação	Proponente	Nota Final	Situação
1º lugar	Encantada Produções Ltda.	85,33	Classificada

2.2 A proponente não apresentou autodeclaração (Anexo III), de modo que não houve pontuação adicional, nos termos do item 12 do Edital.

2.3 Tratando-se de proposta única, com nota superior a 60 (sessenta) pontos, a proponente classificada permanece sujeita à etapa de habilitação (item 15 do Edital), não gerando a classificação direito adquirido à celebração do Termo de Execução Cultural (item 19.5).

3. DOS RECURSOS

3.1 Fica aberto, a partir da publicação deste Resultado Preliminar, o prazo recursal de 03 (três) dias úteis, nos termos do item 14.2 do Edital, para interposição de recurso administrativo contra o presente resultado, excluído o dia do início e incluído o do vencimento.

3.2 O recurso deverá ser apresentado por escrito, devidamente fundamentado e identificado, por uma das seguintes modalidades:

I – Por meio eletrônico, mediante envio para o endereço eletrônico pnab@jaguariaiva.pr.gov.br, até às 23h59min do último dia do prazo;

II – Presencialmente, mediante protocolo junto ao Departamento de Cultura de Jaguariaíva, localizado na Casa da Cultura Dr. João Batista da Cruz, situada na Praça Dr. Domingos Cunha, nº 35, Cidade Alta, no horário das 8h30 às 11h30 e das 14h às 17h, em dias úteis, até o encerramento do expediente do último dia do prazo.

3.3 Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo, desprovidos de fundamentação ou encaminhados por meio diverso do previsto neste Edital, sendo vedada a apresentação de documentos ou informações destinados a complementar a proposta originalmente apresentada (itens 14.4 e 14.5).

3.4 O resultado do julgamento dos eventuais recursos será publicado juntamente com o Resultado Final, após homologação pela Comissão de Homologação (item 14.6 do Edital).

4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 Este Resultado Preliminar será publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaguariaíva e no sítio eletrônico oficial da Prefeitura, competindo aos interessados acompanhar as publicações (item 19.4 do Edital).

Jaguariaíva/PR, 22 outubro de 2026.

HERCÍLIA TEIXEIRA DE MELLO
Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

SAMAE

AVISO DE REVOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2026

O SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaguariaíva, Estado do Paraná, por meio do Agente de Contratação, torna pública a **REVOGAÇÃO** da Dispensa de Licitação nº 009/2026, vinculada ao Processo Administrativo nº 023/2026, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para o fornecimento de 01 (um) conjunto motobomba de 5,0 CV, destinado ao poço artesiano do Bairro Pinheirinho, no Município de Jaguariaíva/PR, incluindo os serviços de retirada do equipamento antigo e instalação da nova motobomba, com todos os custos de deslocamento e mão de obra necessários à execução dos serviços, visando ao restabelecimento do sistema de abastecimento de água para o bairro.

A revogação ocorre por razões de interesse público e conveniência administrativa, nos termos da legislação vigente.

Jaguariaíva, 23 de outubro de 2026.

Andréia Cristina de Matos
Agente de Contratação SAMAE

INSTITUTO ÁGUA E TERRA

TERMO DE COMPROMISSO DE REPARAÇÃO DE DANO AMBIENTAL

Pelo presente instrumento particular, de um lado o **INSTITUTO ÁGUA E TERRA**, autarquia estadual inscrita no CNPJ/MF nº 68.596.162/0001-78, com sede na Rua Engenheiro Rebouças nº 1206, bairro Rebouças, na Cidade de Curitiba, neste ato representada pelo Gerente do Escritório Regional de Ponta Grossa, Paraná, **MATHEUS LOPES DEMITO**, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº [redacted] e RG nº [redacted] SSP/PR, com endereço comercial sito na Rua Balduino Taques, 217, Vila estrela, município de Ponta Grossa, Paraná, doravante denominado de **COMPROMITENTE**, e do outro lado **SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**, CNPJ – 75.658.435/0001-27, localizada em Rua Porto Velho, N°140, Jardim São Roque, Jaguariaíva/PR, CEP: 84.200-00, doravante denominado de **COMPROMISSÁRIO**, nos termos do § 3º. do Art. 225 da Constituição Federal, § 6o do artigo 5o da Lei Federal no 7.347/85 e artigo 784, III, IV e XII do Código de Processo Civil, celebram o presente Termo de Compromisso, em caráter irrevogável, com a finalidade de reparação dos danos decorrentes de infração administrativa imposta ao infrator na forma estabelecida pelas cláusulas abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA AMBIENTAL

O presente Termo de Compromisso de Reparação de Dano Ambiental refere-se à reparação do dano ambiental praticado pelo infrator em atendimento à infração administrativa ambiental imputada ao Compromissário através do Auto de Infração Ambiental N°**204349**, lavrado em 15 de junho de 2026, e ao Termo de Embargo N°**204349**, lavrado em 15 d ejunho de 2026, cujas cópias estão anexas, objeto do processo administrativo N°26.082.453-8.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

O Compromissário executará as obras/atividades abaixo discriminadas, conforme projeto aprovado, com a finalidade de recuperar os danos causados pela conduta lesiva ao meio ambiente praticada pelo poluidor determinante de sua obrigação de reparação, consoante Art. 225, § 3º. da Constituição Federal.

a) Conforme o mapa incluído no Protocolo nº 26.082.453-8, deverá realizadas as medidas de recuperação ambiental dentro da área do Decreto Municipal de Utilidade Pública nº 244/2026 da seguinte forma:
- Manter o desenvolvimento das mudas já plantadas, bem como conduzir a continuidade da regeneração natural em área equivalente à 0,04 hectares, como forma de recuperação em parte da área especifica do dano ambiental;
- Deverá ser efetuado o plantio, na área de preservação permanente do córrego e do reservatório, em área equivalente à 0,56 hectares, de 933 (Novecentos e trinta e três) mudas de espécies nativas da região bioclimática, como forma de compensação do dano ambiental.
- Deverá ser efetuado o plantio, fora da área de preservação permanente, em área equivalente à 0,13 hectares, de 216 (Duzentas e dezesseis) mudas de espécies nativas da região bioclimática;

b) Deverá ser realizado o isolamento da área do Decreto Municipal de Utilidade Pública nº 244/2026, evitando a entrada de animais domésticos;

c) Deverá ser realizada a remoção de todas as espécies exóticas da área do Decreto Municipal de Utilidade Pública nº 244/2026. Para a área de preservação permanente, a remoção deve ser precedida pela obtenção de Licença por Adesão e Compromisso – LAC, nos termos da Instrução Normativa IAT nº 14/2025;

d) As mudas deverão ser distribuídas aleatoriamente e o espaçamento utilizado para o plantio deverá ser 3x2 m;

e) Caso sejam identificadas árvores nativas preexistentes na área, estas deverão ser preservadas. O espaçamento de plantio poderá ser readequado, quando necessário, para compatibilizar a implantação das mudas com a preservação da vegetação nativa existente;

f) É necessário fazer o controle de ervas daninhas, controle de pragas, aplicação de hidrogel e coroamento (25 cm de raio), para o bom desenvolvimento das mudas;

g) O infrator ficará responsável pela manutenção das mudas, tratos silviculturais necessários, bem com replantio das mudas que eventualmente morrerem, até que seja constatada a reparação do dano ambiental;

h) Irrigar as mudas, quando necessário;

i) Deverá ser apresentado relatório fotográfico da execução do plantio das mudas, com as respectivas coordenas, do local do plantio e comprovante de requerimento das mudas via Eprotocolo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As ações de recuperação acima elencadas devem seguir o cronograma abaixo especificado;

- Deverá adquirir as mudas florestais, efetuar o plantio, fazer coroamento e controle de formigas no prazo de dois meses, e o replantio com respectivos tratos culturais para o bom desenvolvimento das mudas florestais, até o final de validade do presente termo que é de 12(doze) meses a contar da data da assinatura deste termo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO PARA CUMPRIMENTO

O prazo para cumprimento das obrigações assumidas na cláusula terceira é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, podendo, a critério do Compromitente, ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, desde que requerido e devidamente justificado pelo Compromissário por escrito e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA QUARTA – DO MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO

O Compromitente monitorará e avaliará a execução das obras/atividades constantes na cláusula terceira, sem prejuízo das prerrogativas do poder de polícia a ser por ele exercido como decorrência do cumprimento da legislação ambiental federal e estadual em vigor.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Independentemente da atividade de monitoramento e fiscalização a ser exercida pelo Compromitente obriga-se o Compromissário a apresentar relatórios instruídos com ilustração fotográfica e demais elementos adequados para comprovar que as obrigações assumidas estão sendo cumpridas conforme cronograma de execução aprovado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A celebração do presente Termo de Compromisso de Reparação de Dano não impede a aplicação de quaisquer sanções administrativas e judiciais frente a futuro descumprimento pelo Compromissário das normas ambientais vigentes.

CLÁUSULA QUINTA – DO INADIMPLEMENTO

O não cumprimento parcial ou integral das obrigações assumidas na cláusula segunda no prazo previsto na cláusula terceira sujeitará o Compromissário ao pagamento correspondente a 1/3 da multa ambiental aplicada, sem prejuízo do pagamento da multa administrativa originalmente imposta pelo auto de infração lavrado, e da recuperação do dano ambiental causado.

PARÁGRAFO ÚNICO – O Compromitente informará o Poder Judiciário e/ou Ministério Público do cumprimento do presente Termo de Compromisso de Reparação do Dano, mediante envio de ofício com cópia do Laudo de Verificação de Cumprimento do Termo.

CLÁUSULA SEXTA - DA RENÚNCIA E CONFISSÃO DE AUTORIA

O Compromissário ao assinar o presente Termo, renuncia ao direito de recorrer administrativamente, renuncia a eventuais prazos prescricionais e também implica na confissão de autoria, materialidade e extensão do dano.

CLÁUSIÇA SÉTIMA - DA PUBLICIDADE

O presente Termo de Compromisso será publicado no diário oficial e em jornal de circulação local, mediante extrato, às expensas do Compromissário.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO

O presente Termo de Compromisso tem eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 50, § 60da Lei Federal nº7.347/85, do artigo 784, III, IV e XII do Código de Processo Civil e 146.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Paraná, com exclusividade, para dirimir possíveis divergências entre as partes.

O presente Termo de Compromisso, depois de lido e aceito pelas partes, é assinado em 02 (duas) vias de igual teor, perante duas testemunhas, para que surta os devidos efeitos legais.

Ponta Grossa, 25 de agosto de 2026

Matheus Lopes Demito
Gerente do Escritório Regional – IAT/ERPGO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Testemunha 1
Márcia Gaspar - IAT/ERPGO

Testemunha 2
Giovanna Gonçalves - IAT/ERPGO